

O Português do Brasil em Macedo Soares (1838-1905)

Olga Ferreira Coelho
Universidade de São Paulo
olgafc@usp.br

Data de recepção do artigo: 01-06-2012
Data de aceitação do artigo: 01-08-2012

Resumo

Neste artigo, procuro reconstruir alguns aspectos do pensamento do lexicógrafo brasileiro Antonio Joaquim de Macedo Soares (1938-1905) acerca do Português do Brasil (PB). Macedo Soares escreveu seus textos em um momento especial da história do Brasil: o final do século XIX, quando se articulavam projetos que visavam à autonomia política e cultural da nação. Minha análise aponta certas linhas de continuidade entre os estudos de Soares e certos problemas ainda hoje enfrentados por linguistas que estudam o PB.

Palavras-chave: Historiografia Linguística – *Português do Brasil* – Macedo Soares – línguas africanas – século XIX

Abstract

In this paper, I try to reconstruct some aspects of the Brazilian lexicographer Antonio Joaquim de Macedo Soares' thought on Brazilian Portuguese (PB). Macedo Soares wrote his texts in a special moment in the history of Brazil: the end of the 19th century, when some projects regarding with the politic and cultural autonomy of the nation were articulated. My analysis points out some lines of continuity between Macedo Soares' works and some troubles still faced by linguists who study Brazilian Portuguese today.

Keywords: Linguistic Historiography – *Brazilian Portuguese* – Macedo Soares – african languages – 19th century

1. Introdução

A questão da natureza e dos processos históricos que teriam levado à diferenciação entre o português europeu e o português do Brasil tem merecido a atenção de diferentes estudiosos brasileiros, pelo menos desde o século XIX. Vários são os modos de se formular essa questão, seja identificando maior unidade ou maior diversidade entre os elementos em comparação. Nesse debate histórico, são trazidos à discussão argumentos variados, que vão de dados estritamente linguísticos a aspectos mais atinentes à sociedade ou à cultura geral brasileira. Neste texto, quero acompanhar, pela perspectiva da Historiografia Linguística, o pensamento de Antonio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905), que, no Brasil, é um dos primeiros filólogos a ocupar-se, de modo sistemático, do tratamento dessa questão. O autor desenvolve sua tese particular sobre a formação do português do Brasil (doravante PB) em um momento histórico particularmente importante, o final do século XIX, quando se articulavam, no país recém-emancipado de Portugal, projetos (políticos e também culturais) que visavam a sua consolidação como nação autônoma e “civilizada”. Algumas ideias elaboradas por Macedo Soares têm merecido revisitações de linguistas brasileiros séculos XX e XXI, como as que põem em relevo a participação, mais expressiva do que tradicionalmente se admitiria, das línguas da África na formação do PB. Antes de chegar a uma reflexão sobre o reavivamento atual do tema, reconstruo os aspectos mais marcantes da visão pioneira de Macedo Soares sobre o PB.

2. O PB no contexto da miscigenação do povo brasileiro

Em discussões travadas entre estudiosos de diferentes áreas que, entre o século XIX e o início do XX, pensaram a questão da identidade e do futuro do Brasil, teve peso destacado a composição étnica do país (cf. Schwarcz 1999; Guimarães 1988; Ventura 1988, entre outros). Em tempos de prestígio de teorias sócio-evolucionistas e raciais, avaliava-se, criteriosamente e, por vezes, com um certo temor, o destino de um país mestiço diante do desafio de desenvolver-se e acompanhar os países “civilizados”, em seus progressos materiais e imateriais. Tal como a composição étnica da população preocupou os políticos, novéis historiadores, literatos e outros intelectuais, a questão do hibridismo da língua que se utilizava no Brasil inquietou aqueles que começavam a ser identificados como especialistas em estudos

linguísticos. Tal hibridismo parecia mostrar-se mais nitidamente no léxico que em outras esferas da língua (*cf.* Pinto 1978; Coelho 2008), o que motivou o aparecimento de diferentes estudos dirigidos à descrição e à análise do vocabulário brasileiro (como Coruja 1952; Rubim 1953; Rohan 1956[1889]; Macedo Soares 1889 e 1942[1974-1891]). A semelhança com investigações e problematizações que surgem em outras áreas do conhecimento no período não é completa, mas insinua que também na área de estudos linguísticos tornava-se relevante refletir sobre a constituição mista da nação e sobre o impacto que isso teria – neste caso, sobre o destino da língua. Algumas hipóteses eram aventadas:

Muitas delas [vozes] são comuns a Portugal e ao Brasil; algumas lá ficaram, que nunca foram aqui aceitas; outras, que entre nós se aforaram jamais foram ouvidas em Portugal; outras, finalmente, que vieram de Portugal, passam ou estão passando no Brasil pelas transformações dialetais que denunciam o desenvolvimento de todas as línguas. Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português. (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 72-73)

Entre os estudiosos do português e, em especial, da constituição do léxico usado no Brasil, fortalecia-se a ideia de que, além de acomodações semânticas de palavras compartilhadas com Portugal, eram, principalmente, as línguas indígenas e africanas, com as quais a língua europeia manteve contato e se mesclou no país, que desenhavam a fisionomia do idioma (ou dialeto) que emergia.¹

Assim pensava Antonio Joaquim de Macedo Soares, lexicógrafo que nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1838, formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo e exerceu a função de juiz em províncias meridionais do Império (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina). Haveria fatores específicos a atuar na

¹ Havia grande hesitação no período quanto à forma de nomear o PB. Em Coelho (2008:151), são apontados os nomes usados por Macedo Soares nos *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro* (1942[1974-1891]): *dialeto brasileiro, português do Brasil, linguagem nacional, língua brasileira, português falado no Brasil, português que se fala hoje no Brasil, luso-brasileiro, nosso dialeto, língua pátria, dialeto luso-brasileiro, língua portuguesa que se fala no Brasil, nossa atual linguagem, brasileiro, português da América, linguagem cá da terra, nossa língua, dialeto nacional, língua de cá, língua portuguesa falada no Brasil*. Observe-se que nesta nomenclatura há nomes mais conciliatórios e outros mais separatistas e, também, que a oscilação entre conceitos como língua, dialeto, linguagem parece refletir a instabilidade conceitual que cercava o estatuto do PB no período.

organização social e cultural brasileira e, por conseguinte, na língua falada no Brasil. Era, então, necessário realizar um exame aprofundado de tais fatores:

Um estudo completo dessas vozes d'África e das tribus indígenas do Brasil seria trabalho, além de curioso, de evidente utilidade para se conhecer não só a influência que exerceram sobre a nossa sociedade os elementos negro e indiano, como também a direção que vai seguindo a língua portuguesa falada no Brasil em comparação com a falada na metrópole. (Macedo Soares 1942[1874/1891]: 72)

O nível de integração entre essas 'vozes' africanas e americanas e as portuguesas seria tão alto que poderia causar dificuldades analíticas. Era necessário encontrar, no 'gênio' de cada uma dessas línguas, pistas que contribuíssem para a identificação da origem das palavras que compunham o léxico nacional:

É possível que grande número desses vocábulos não sejam africanos; em compensação, há ainda muitos outros nos dicionários, de cuja procedência angolana ou conguesa não é lícito duvidar. Em regra, quando vemos no dialeto brasileiro palavras que não são de conhecida origem portuguesa, começando pelas sílabas *mu*, *nga*, *ngo*, *ngu*, *qui*, *ri* (fraco), *jín* podemos afirmar, *si et in quantum*, que são africanas: *mu*, *n*, *qui* e *r* são as iniciais das 4 declinações abundas; *ji*, a inicial do plural da segunda. Do guarani, poucas palavras temos adotado começando por *jín*, *nga*, *ngo*, *ngu* ou *ri*. [...]. (Macedo Soares 1942[1874/1891]: 71-72).

Macedo Soares propõe, muitas vezes, origem africana para os itens lexicais que examina em seus trabalhos. Essa sua inclinação analítica gera debates com os defensores da origem essencialmente indígena do léxico, sobretudo com Baptista Caetano Nogueira de Almeida (1826-1882), tido em sua época como especialista em línguas indígenas. Embora reconheça a supremacia das contribuições autóctones, Macedo Soares tenta reunir argumentos que sustentem suas hipóteses etimológicas – seja nas línguas, como no trecho citado acima, seja no comportamento ou em outras características que atribuiu aos africanos, como as das citações a seguir:

CAFUNÉ – t. do Brasil, 'estalos que se dão na cabeça, como quem cata, com as unhas, para adormecer' (Moraes). 'Dar cafuné, fazer cafuné". Será angolense? Distração particular dos negros é, e a que muito se prestam seus cabelos encarapinhados. (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 63-64)

CATINGA – não duvidaríamos concordar que fosse tupi, se não tivéssemos argumentos com que nos parece justificada a sua procedência d’África. Claro é que falamos de *catínga*, certo cheiro, e não *catínga*, certo mato, que este é visivelmente da língua geral [...]. Antes de tudo, não destoa da índole, nem dos moldes da língua dos abundos e dos congueses já a forma, já a contextura do vocábulo [...]. Por último, o *bodum dos negros* (expressão dos léxicos portugueses) é coisa tão singular que devia de impressionar os portugueses logo que tiveram que tratar com a primeira récua de cafores. É impossível que os próprios negros não tivessem nome próprio e adequado para esse senão de sua raça [...]. ‘Os Peruvianos, diz Humboldt, tem três palavras para significarem os odores do europeu, do índio e do negro’. Com mais particular razão deviam os africanos possuir termo que exprimisse a *catínga* própria. (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 56-58)

Ao lado de juízos mais subjetivos, como os presentes nos fragmentos citados, Macedo Soares tenta reunir e tratar dados de línguas africanas e reivindicar para elas um papel relevante na formação do léxico do PB.

Quanto à seara mais comum e mais largamente explorada das interferências de línguas indígenas no léxico, Macedo Soares busca explicitar seus conhecimentos, precisos ou não, dessas línguas, o mais das vezes na proposição de étimos e na demonstração das transformações de uma palavra “rude” original na palavra “brasileira” correspondente.

Seja explorando influências africanas, seja explorando as indígenas, o autor tem a preocupação de ultrapassar o nível meramente retórico de argumentação e de investir, também, no tratamento efetivo de dados das línguas-fonte. É assim que ele discorre, com ou sem propriedade, sobre fonemas peculiares ou ausentes, sobre os padrões silábicos, marcas de casos/declinações, processos de pluralização, significados originais. Ao tratamento específico desses dados, acrescenta certas inferências, mais ou menos teóricas, baseadas em conceitos como os de ‘gênio’ e ‘lei’ linguística. Ao ‘gênio’ corresponderia uma espécie de ‘índole’ de uma língua, geralmente compartilhada em alguns pontos com aquelas com as quais se aparentava. Essa índole mostrava-se no modo como nela se organizavam, dos mínimos aos mais elevados níveis, as estruturas linguísticas. Assim, por exemplo, uma sílaba, uma palavra, uma frase obedeceria ao ‘gênio’ da língua por exemplificar seus padrões de funcionamento. As ‘leis’, por sua vez, governariam o funcionamento

compartilhado pelas diferentes línguas, quaisquer que fossem os seus 'gênios'. Como eram 'leis' naturais, isto é, universais, explicariam processos diversos, sobretudo históricos, verificados em todos os sistemas linguísticos. Daí que as línguas da África e da América tenham imposto uma dúvida a Macedo Soares: as teorias e os métodos descritivos em voga, criados mormente por europeus e aplicados a "idiomas literários", dariam conta da descrição (que o autor julgava urgente e necessária) das línguas ágrafas que teriam contribuído para a formação do PB? Em alguns momentos, o autor parece estar certo disso; os modelos seriam suficientemente abrangentes para aplicarem-se às línguas da América e da África, que passariam pelos mesmos processos das línguas europeias e asiáticas:

Quem se espantaria mais de ouvir que o espanhol *Dios* vem do grego *Zeus*? Entretanto só há em comum entre as duas palavras o *s* final. Saíram da mesma fonte o francês *larme*, o inglês *tear*, o grego *dacro* e o português *lágrima*. Há na África um idioma onde o plural se forma trocando tantas letras do singular que não há a mínima semelhança entre as palavras de um e de outro número: é a língua fula. Nela *filandu*, alma, faz o plural *pittali*; o sing. *vedu*, lago, faz o plural *bêli*; o sing. *defê*, cavalo vermelho, pl. *bodedjê*; *pul*, fulo, plural *fublê*. Pois bem; é o fulo uma língua bárbara da senegâmbia; mas essas substituições de letras se fazem com tanta regularidade que neste ponto sua gramática é uma perfeição. O mesmo se dá nas corrupções fonéticas de que falamos: por mais extravagantes que pareçam, são fatos naturais, lógicos, sem cujo conhecimento a ciência da etimologia nunca há de passar de uma adivinhação ou um divertimento de caleidoscópio. (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 163)

Baseando-se em pressupostos sobre a existência de 'leis' linguísticas, o autor desejava submeter as línguas "rudes" aos mesmos procedimentos descritivos empregados na descrição das chamadas línguas literárias. Estava, portanto, implícito um princípio de universalidade: os diferentes "gênios" das línguas poderiam ser submetidos a um mesmo modelo descritivo, pois as línguas apresentariam similaridades constitutivas.

Em outras ocasiões, porém, ao confrontar-se com as peculiaridades de dada língua, ou com alguma especificidade do PB que supunha herdada "do americano" ou "do africano", o autor recorria a outra crença: línguas ágrafas, faladas por povos selvagens, sem cultura escrita e sem história, exigiriam um tratamento

diferenciado. Suas 'leis' não poderiam ser as mesmas que governavam aos idiomas literários:

E duvidamos que dos processos etimológicos aplicados pelos linguistas aos idiomas literários, mais ou menos cultos, antigos e modernos, da Ásia e da Europa, se possa fazer emprego em línguas selvagens, sem história, através do qual se estudem as transformações de cada palavra. Aqui, a analogia do som, da forma e do significado dos vocábulos é talvez a única lei a seguir. Etimologia rudimentar, não etimologia científica, convimos; mas qual outra será possível? Onde procurar a razão filosófica e histórica do estado atual de *aba*, cabelo, e *abá*, homem? (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 58)

Se tal oscilação quanto ao julgamento da aplicabilidade dos pressupostos teóricos e metodológicos disponíveis em sua época à descrição das línguas ágrafas que existiram no Brasil parece apontar para a flexibilidade do autor em face de uma realidade nunca antes descrita. Sendo recentes as coisas brasileiras, tratar do léxico nacional era uma tarefa inaugural, que exigiria uma busca mais ou menos criativa de soluções descritivas, em alguns momentos mais autônomas e, em outros, mais vinculadas a conceitos que compunham a atmosfera intelectual de época. Ao lado dessa dificuldade, havia impedimentos práticos, como o efeito do tempo e da pouca atenção historicamente dedicada às outras línguas da colonização do Brasil, à missão de compreender as línguas "*selvagens*" e seu impacto sobre o léxico do PB. Muitas das palavras a pesquisar teriam passado por amplos processos de transformação, difíceis de captar sem um adequado treinamento em descrição linguística:

De ordinário as palavras índias como nós pronunciamos e escrevemos já não são mais as primitivas; alterações de todo o gênero as têm corrompido. Essas alterações se manifestam por troca, aumento ou diminuição de letras, queda, ou inversão, de transposição de sílabas, perda de um ou mais significados de uma palavra [sic], que às vezes deixam os sentidos próprios para ficar só com o tropológico. São fatos regidos por leis naturais, que, entre nós, não estão ainda assentadas, mas sem cujo conhecimento é impossível formar da etimologia uma ciência. (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 162)

Com efeito, no momento em que teriam interferido na conformação do português do Brasil, essas palavras poderiam ter estrutura muito diversa daquela a que os autores tinham acesso. Daí

que se retomassem, como fontes fundamentais para a pesquisa, os descritores das línguas “*rudes*” – Anchieta, Figueira, Hervás, Canneccatin, Mamiani, Montoya² –, em busca de um entendimento de certos mistérios linguísticos:

É curioso isto: no bundo *quilombola* é o negro fugido, habitante do quilombo; na língua geral dos índios do Brasil o termo correspondente é *canhembora*, como atestam Anchieta, ed. Platzmann, 43, e Figueira, ed. da Baía, 72; *cañyborá* (pron. Canhimbora) segundo Montoya, Vocab. E, entretanto, apesar da semelhança do significado, da forma e do som dos dois termos, não há entre eles a mínima analogia etimológica! (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 48, rodapé)

Também eram requisitados roteiros e relatos de excursões, diários de navegação, memórias e relações de descobrimentos, monografias topo e etnográficas, histórias daqueles que Macedo Soares denomina “*clássicos brasileiros*”, isto é:

[...] os viajantes de todas as ordens, portugueses na maior parte, dos três séculos passados, bem iletrados alguns, que escreveram a derrota de suas peregrinações pelo sertão, fora dos grêmios civilizados, na ausência dos livros, sem dicionários, nem modelos de linguagem, em contato e quase sempre em luta com a natureza virgem, na companhia dos negros, dos índios, de portugueses analfabetos... e sabiam expimir-se com propriedade, e de clareza, e certa graça, que os não tornam indignos daquela denominação [clássicos], quando muito um pouco amplificada. (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 90)

Resgatava-se uma história “*literária*” para o Brasil nos registros efetuados por homens simples, mas dignos da denominação de “*clássicos*”, por serem os mais antigos documentadores da história do país e pela propriedade, clareza e graça de sua linguagem. Nos “*clássicos brasileiros*” colhiam-se, do ponto de vista linguístico, sobretudo, exemplos. Como, porém, essa consulta ao “*clássicos*” ainda deixava lacunas, faziam-se necessários estudos contemporâneos de tais línguas. Alguns mais meticolosos, como os de Baptista Caetano, outros mais localizados e incidentais, como as consultas que Macedo Soares afirma, em alguns textos, ter feito a negros escravizados, vindos

² O autor não inclui entre esses textos-fonte, talvez por desconhecê-las, duas obras que, no contexto colonial brasileiro, trataram de línguas africanas: Dias (1697) e Peixoto (1945[1741]).

de Angola e do Congo, para saber se, e como, eles usavam determinadas palavras, ou como as pronunciavam; o autor ainda teria feito consultas a falantes do espanhol (outra língua que julgava importante na formação do PB), com os mesmos objetivos (cf. Macedo Soares 1942[1874-1891]: 44-74 e 207-220).

Como ainda necessitava de maior investimento em pesquisas próprias e como as informações colhidas nos “clássicos” por vezes variassem, inúmeros eram os momentos de dúvida:

Qual será a origem de *maloca*? Nem tupi, nem guarani, nem cayuá, nem xocrem [...] possuem a letra *l*; pode-se dizer que é desconhecida no alfabeto brasílico tão raro são os idiomas que a empregam! Será também palavra africana? *Malungo* é companheiro, patrício da mesma região, que veio no mesmo combô, que sofre o mesmo cativo; *maloca* será reunião de companheiros, de *malungos*? (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 47, rodapé)

A falta de contato direto com essas línguas, a escassez de fontes secundárias, a insuficiência dos modelos explicativos conformavam a sensação de incerteza. De todo modo, em que pesassem dúvidas, estava claro, para Macedo Soares, que a língua do Brasil não seria uma língua sem tradição – tinha como principal formador o português livre de influência francesa do período colonial, suavizado sob interferência dos idiomas ágrafos presentes na terra à época. Mais ou menos como o que se passa na criação do mito étnico brasileiro original, exemplificado em obras como *Iracema* (Alencar 1996[1865]), por exemplo, a língua do Brasil é preferencialmente um mestiço de branco e índio, com as mais nobres qualificações. E o elemento negro também contribuiria de forma importante para a formação dessa identidade linguística, ou ao menos lexical, do Brasil. A mistura de língua culta europeia com línguas selvagens dava o tom específico do PB, que, paradoxalmente, era mais puro que o lusitano (porque menos contaminado pelo francês):

Mais dia, menos dia, [os críticos de Lisboa] vão ser forçados a fazer duas confissões importantes: a 1ª. é que no Brasil a língua portuguesa tem sido menos atacada do gálico, que a está correndo e deformando em Portugal; a 2ª. é que temos uma língua nossa, e, portanto, uma literatura nossa... (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 87)

O autor sugere que pontuar as divergências entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal, menos pura e menos conservada, levaria ao reconhecimento das produções literárias locais pelos críticos portugueses. Se o pressuposto era que, para uma literatura ser reconhecida, deveria ser veiculada em idioma de cultura, não era possível aceitar que o PB continuasse a ser considerado como corrupção do português europeu. Legitimar os usos do PB significava tornar a literatura brasileira digna. O raciocínio contrário também seria válido: à medida que a língua, tachada pelos portugueses de incorreta, ganhasse os textos literários, receberia o predicado de civilizada, e este poderia ser estendido à nação. Era, assim, necessário oficializar uma norma escrita luso-bundo-americana.

Essas ideias eram compartilhadas por pelo menos dois outros filólogos da época, Baptista Caetano Nogueira de Almeida, já mencionado aqui, e José Jorge Paranhos da Silva (1859 - ?), que ganhou notoriedade justamente ao propor uma sistematização de diferenças entre o PB e o português europeu na obra *Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil por um brasileiro*, de 1879, e ao elaborar um sistema ortográfico alternativo, no *Systema da orthographia brasileira*, de 1880. Com atividade intelectual mais concentrada na área de estudos da linguagem, apesar de não se dedicarem a ela profissionalmente, esses intelectuais reconheciam-se mutuamente como autoridades no assunto. Nessa condição, teriam pela frente uma infinidade de deveres, organizados numa espécie de plano de ação por Baptista Caetano. Era, em síntese, preciso que montassem o quebra-cabeça linguístico do país:

Firmar a linguística americana, estudando as línguas de todo o continente, e particularmente a dos silvícolas do Brasil, classificando a todas, e comparando-as com o guarani [...]; Analisar os fatores da língua portuguesa que se fala no Brasil, do luso-brasileiro, dissecando-os um por um, e aplicando a cada um o método rigoroso empregado no estudo do guarani, que, com o português colonial, o africano, o francês, o castelhano e outras línguas, forma a nossa atual linguagem;

Assentar o alfabeto de que deveríamos usar, e com ele construir o dicionário brasileiro, adotando a ortografia fonética, ou aquela que os resultados demonstrassem mais racional e de acordo com as tradições nacionais.

Não era, Sr. Redator, um plano colossal, e também uma empresa patriótica? (Macedo Soares 1942[1874/1891]:17).

A citação anterior foi extraída de um obituário de Baptista Caetano, escrito por Macedo Soares. Nele, o autor reporta o “plano colossal” do colega falecido: como uma realidade linguística inédita estava configurada no país, cumpriria aos especialistas locais descrevê-la cabalmente, de suas origens ao seu estado contemporâneo, marcando a independência (política) também na construção de conhecimento linguístico e nas formas de registro (ortográfico) da língua. Tudo isso contribuiria para completar a *“nossa independência política pela emancipação literária”* (cf. Macedo Soares 1942 [1874-1891: 16). Esse projeto levaria a melhores resultados se se pudesse contar com um grande aliado, a imprensa. O jornal, principalmente se publicado na Corte (Rio de Janeiro), era um auxiliar imprescindível no esforço pela difusão das letras no/do país. Era necessário, portanto, que a imprensa se libertasse de certos vícios considerados disseminados em Portugal:

Abstraiamos a imprensa provinciana – essa sim é brasileira [...], o que é a linguagem da imprensa da Corte? O que são os jornais da capital do Império? Gazetas do Chiado; não passam disto. Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Julio César Machado, Lino d’Assumpção, Pinheiro Chagas, D. Maria Amália, Mariano de Pina, Guilherme de Azevedo, genuínos representantes do português francelho que se fala e escreve hoje em Lisboa, são os mais autorizados escritores da imprensa fluminense! Toda ela, com exceções raríssimas, está nas mãos dos portugueses e recebe o santo e a senha, e sofre o influxo único dos literatos do Chiado. [...] Enquanto Alencar, Macedo, Ferreira de Menezes, Ferreira de Araújo, Augusto de Castro, Augusto de Laet, Patrocínio têm medo ou vexame de assinarem de rubrica, os do Chiado escarrapacham os seus nomes, como impondo-se à admiração dos imbecis da colônia ultramarina! “Vós não sabeis português”, diz-nos Pinheiro Chagas, por exemplo, numa tirada de cem palavras, das quais cinquenta são francesas, em itálico ou sem grifo; vinte e cinco tecem frases afrancesadas, e apenas no quarto restante mal se percebe o que o homem quis dizer na sua algaravia. (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 16)

No antigo e na província estava o autêntico PB. A imprensa da Corte corrompia-se sob influência portuguesa e, portanto, também francesa. Em vista disso, Macedo Soares cobra dos jornais da Corte um maior comprometimento com a literatura nacional, em lugar da reprodução insistente da *“algaravia”* de Lisboa, subservientemente aceita. A imprensa teria o poder de vulgarizar as produções nacionais. Dos escritores, por sua vez, esperava-se imunidade às críticas

infundadas e arrogantes aos seus textos e, sobretudo, à linguagem do país. O Brasil teria uma língua e uma literatura suas, como, um dia, forçosamente Portugal teria de reconhecer.

Todavia, não cabia à imprensa apenas esse papel em relação ao destino da literatura, mesmo porque esse não era o único alvo visado pelos defensores da *“língua brasileira”*. A imprensa tinha função determinante também na difusão e na consolidação interna da linguagem nacional:

...*“Virge Maria!”* exclamação de susto, de medo, de admiração, de alegria, não menos usual; e havemos de reparar que não é só dos lábios rudes que ela escapa... E quando fosse, do vulgacho vai passando para o povo, e do povo para os letrados, porque estes se formam na imprensa jornalística, e o jornal é o grande livro onde o povo cada dia escreve, a tribuna donde cada dia fala a linguagem que é sua, e fica sendo a linguagem nacional. (Macedo Soares 1942[1874-1891]: 91)

Para Macedo Soares, as palavras e expressões brasileiras poderiam ter, inicialmente, a característica que as críticas lusitanas atribuíam ao PB, isto é, poderiam ser rudes, incultas, incorretas. Porém, uma vez alçadas ao domínio da linguagem corrente, passariam a desfrutar do mesmo prestígio de quaisquer outras. Ou seja, o autor compreendia que transformações de *status* dessa linguagem pudessem ocorrer e que o *“povo”* é que as conduziria. Como o jornal seria um veículo da linguagem popular, caberia a ele o intercâmbio entre o registro dos letrados e o do povo, do qual resultaria a verdadeira linguagem nacional. Resultando desse fluxo, ela seria viva, dinâmica. Uma tradição escrita mais aproximada das realizações orais típicas do Brasil seria, portanto, resultante também do esforço do jornalistas. Macedo Soares prevê, assim, que vulgaridades poderiam perder o valor negativo e tornarem-se comuns. É esse julgamento que faz, por exemplo, de palavras como *“bunda”*, em sua opinião, já bastante aceitável na linguagem corrente do Brasil:

BUNDA sf., o assento, as nádegas; onde se bate, que bate. ||ETYM. Bd. Cu-bunda bater. ||LEX Port aul. Def. “t. Braz. Nádegas volumosas”. Beurepaire Rohan confirma; o adj., porém, é de mais: carnudas ou magras, as nádegas são sempre bunda, pal. chula para os ports., mas pop. no Brazil, e por isso muito aceitavel. (Macedo Soares 1889[1875-1888]: página não enumerada)

O estudo do PB e de seu léxico inserem-se, como se vê, em um complexo quadro de inflexões ideológicas. A ideologia nacionalista infiltra-se nas descrições, não obstante o esforço do autor em rever a literatura pertinente, acompanhar tendências teóricas e metodológicas de sua época, aperfeiçoar seus conhecimentos sobre as línguas ágrafas, pensar o PB em suas correções com a sociedade e a cultura brasileiras. Esse esforço é superado, em muitos de seus estudos – como os reunidos na coletânea aqui referida como Macedo Soares (1942[1874-1891]) – por um compromisso em colaborar com a edificação de uma nação civilizada, com língua e literatura equiparáveis às da ex-metrópole. E esse engajamento patriótico, por sua vez, torna alguns de seus textos fortemente subjetivos.

No plano relativo ao tratamento efetivo dos dados lexicais, cumpre destacar sua intuição produtiva de que as línguas africanas talvez tivessem tido um papel mais importante na formação do PB – em especial do seu léxico – do que o papel que até então se atribuía a elas. Macedo Soares revê etimologias, busca conhecer especificidades das línguas da África transplantadas para o Brasil, desconfia da facilidade com que, tradicionalmente, se atribuía às línguas indígenas todo traço particular do PB. Nem sempre acerta. No entanto, no contexto brasileiro, é dos primeiros a investir com seriedade na pesquisa das relações linguísticas entre Brasil e África, um caminho dificultado – mais ainda do que aquele da perseguição das relações entre o Português europeu e as línguas indígenas brasileiras – pela escassez de fontes e mesmo de informações gerais (dados demográficos, étnicos, históricos), como o próprio autor reconheceu em diferentes momentos. Embora acidentado, esse caminho tem merecido retomadas importantes nos estudos linguísticos desenvolvidos no país³, não por influência direta dos textos de Macedo Soares, pouco citados nessa produção (talvez por seu caráter explicitamente patriótico), mas pela desconfiança natural de que quatro séculos de tráfico de enormes contingentes de escravos africanos e de intensa inserção desses indivíduos em diferentes setores da vida brasileira certamente devem ter marcado a língua, como comprovadamente marcaram a cultura nacional.

³ Mendonça (1933), Raimundo (1933), Silva Neto (1950), Melo (1946), Elia (1979), Avelar e Cyrino (2008), Duarte (2000), Negrão e Viotti (2000).

3. Considerações finais

As ideias linguísticas em evidência no final do século XIX e a atmosfera intelectual no Brasil do período certamente produziram ecos no trabalho, de mais de 17 anos, de estudo do léxico brasileiro realizado por Macedo Soares. A descrição do vocabulário brasileiro parece integrar-se a um movimento geral de organização dos símbolos nacionais e de consolidação das nossas singularidades, tão importante para aqueles que elaboravam a história e definiam a fisionomia da nação, quanto para os que almejavam, para ela, uma literatura própria. Ao que parece, sistematizar o léxico nacional, fixar a ortografia brasileira, prefixar *“o nosso alfabeto, pôr em prática o plano da nossa emancipação literária”* (Macedo Soares 1942 [1874-1891]: 19) eram mais do que etapas de um programa de pesquisa; um viés nacionalista se mostrava nesse projeto.

Longe dessa necessidade de firmar a nacionalidade brasileira, a tradição (relativamente descontínua) de investigar o que há de africano no PB permanece. Como assinala Bonvini (2009:15-62), ao traçar um panorama histórico das relações estabelecidas entre o português brasileiro e as línguas de origem africana em obras dos séculos XIX e XX, dificuldades semelhantes às apontadas por Macedo Soares ainda persistem. Segundo o autor, hipóteses de trabalho em torno dessa relação foram formuladas sem apoio em *“fatos precisos, devidamente identificados e datados, suscetíveis de servir de ‘provas’ históricas”* (2009: 21). O que teria prevalecido, segundo Bonvini, seria uma constante repetição de hipóteses estabelecidas sem consulta a fontes documentais precisas. Sabemos que as fontes dessa natureza são muito escassas no Brasil, o que torna esse traço difícil de ser superado, a não ser por um investimento massivo no conhecimento da realidade atual de línguas africanas que teriam participado do caldeirão linguístico do Brasil Colônia. Outra crítica apontada pelo autor diz respeito aos métodos tradicionalmente empregados no Brasil, desde o século XIX, no estudo dessa específica relação Brasil-África: os trabalhos linguísticos estariam centrados em aspectos léxico-semânticos, que Bonvini julga insuficientes para lidar com temas como influência e criouliização⁴, que aparecem nessa literatura. O traço metodológico apontado por Bonvini parece estar em vias de mudança, já que estudos publicados a partir dos anos 2000 buscam

⁴ A tese da criouliização, formulada em Coelho (1881), aparece, no Brasil, por exemplo, em Silva Neto (1976[1950]).

principalmente na sintaxe hipóteses sobre essa relação. Parece que a linguística brasileira está novamente desconfiada de que “esse angu tem caroços”, isto é, parece que ainda há aí algo que escapa aos linguistas contemporâneos – e que eles estão novamente se dispondo a investigar.

Bibliografia

- Alencar (1996 [1865]): José de Alencar, *Iracema*, São Paulo, Ática.
- Avelar e Cyrino (2008): Juanito Avelar & Sônia Cyrino. “Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro”, *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* (Porto), v. III, pp. 54-75.
- Bonvini (2009): Emilio Bonvini, “Línguas africanas e português falado no Brasil” em José Luiz Fiorin e Margarida Petter (orgs.), *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*, São Paulo, Contexto, pp. 15-62.
- Chaves de Melo (1975[1946]): Gladstone Chaves de Melo, *A língua do Brasil*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, FGV.
- Coelho (1881): Francisco Adolfo Coelho, *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na África, Ásia e América*, Lisboa, Casa da Sociedade de Geografia. Disponível em: <http://purl.pt/24>. Acesso em: 05/05/2012.
- Coelho (2008): Olga Ferreira Coelho, “Os nomes da língua. Configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (São Paulo), n. 47, pp. 139-160.
- Coruja (1852): Antônio Álvares Pereira, “Colecção de vocabulos e phrases usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XV, p. 210-240.
- Dias (1697): Pedro Dias, *Arte da lingua de Angola, oeferecida(sic) a virgem senhora n do rosario, may, & senhora dos mesmos pretos*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes.
- Duarte (2000): Maria Eugênia Lamoglia Duarte, “The loss of the ‘Avoid Pronoun’ Principle in Brazilian Portuguese, en Mary Aizawa Kato e Esmeralda Vailati Negrão (orgs.), *Brazilian Portuguese and*

- the Nul Subject Parameter*, Madrid/Frankfurt am Main, Iberoamericana/Vervuert, p. 17-36.
- Elia (1979): Sílvio Elia, *A unidade linguística do Brasil (condicionamentos geoeconômicos)*, Rio de Janeiro, Padrão.
- Macedo Soares (1942 [1874-1891]): Antonio Joaquim de Macedo Soares, *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro. Obras Completas*, v. II, Rio de Janeiro, Publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.
- Macedo Soares (1889 [1875-1888]): Antonio Joaquim de Macedo Soares, *Diccionario brasileiro da língua portugueza*. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & Filhos.
- Mendonça (1933): Renato mendonça, *A influência africana no português do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Negrão e Viotti (2000): Esmeralda Negrão e Evani Viotti de Carvalho, "Brazilian Portuguese as a discourse-oriented language", em Mary Aizawa Kato e Esmeralda Vailati Negrão (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Nul Subject Parameter*, Madrid/Frankfurt am Maim, Iberoamericana/Vervuert, pp. 105-125.
- Paranhos da Silva (1879): José Jorge Paranhos da Silva, *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil por um brasileiro*, Rio de Janeiro, Lourenço Winte.
- Paranhos da Silva (1880): José Jorge Paranhos da Silva, *Systema de orthographia brasileira*, Rio de Janeiro, Lourenço Winte.
- Peixoto 1945 [1741]: Antônio da Costa Peixoto, *Obra nova da língua geral de mina*, 2ª. ed, de Luis Silveira, com apresentação de Edmundo Lopes, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias.
- Pinto (1978): Edith Pimentel Pinto, *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. Fontes para a teoria e a história (1820-1920)*, vol. 1, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- Raimundo (1933): Jacques Raimundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Renascença Editora.
- Rohan (1956 [1889]): Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire. *Diccionario de vocábulos brasileiros*, 2ª. ed. facsimilada, Salvador, Livraria Progresso.
- Silva Neto (1976[1950]): Serafim da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Presença.

Schwarcz (1999): Lília Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, 3ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras.

Ventura (1988): Roberto Ventura, *Escritores, escravos e mestiços. Raça e natureza na cultura brasileira*, [Tese de Doutorado], São Paulo, FFLCH-USP.